

OS EVANGÉLICOS E A ESQUERDA NAS ELEIÇÕES DE 1994

Ziel J. O. Machado

Resumo: A conjuntura dos anos 80, marcada pela abertura política e a crise socioeconômica, criou condições para uma maior politização da sociedade brasileira. A igreja evangélica não ficou imune a esse processo. Abandonando o não envolvimento, passou a atuar politicamente com maior intencionalidade. Grupos identificados com a “Teologia da Missão Integral” se aproximaram das propostas defendidas pelo campo democrático-popular. Essa esquerda confessante mantém uma confissão teológica conservadora, aliada a um discurso político progressista. O processo eleitoral de 1994 permitiu uma maior organização dessa esquerda confessante, abrindo um leque de possibilidades quanto ao futuro político dessa comunidade e seu compromisso com a justiça social no País.

Palavras-chave: Evangélicos e política; Movimento Evangélico Progressista; religião e voto; política partidária; Sociologia da Religião.

Abstract: The period 1980 — 1989 saw the return of democracy together with a deepening of the socio-economic crisis, creating the conditions for a marked increase in political consciousness within Brazilian society. The protestant community was involved in this process, abandoning its policy of non-involvement, and moving into the political scene. Those groups which adopted a Holistic Theology found themselves on the same platform as the Popular Democrats. This new Christian left is theologically conservative, yet its political stance is progressive. The 1994 elections revealed a new level of organization of this Christian Left, opening the door to new possibilities for the political future of the protestant community and its commitment to social justice in Brazil.

Keywords: Protestants and politics; Evangelical Progressive Movement; Religion and elections; Party politics; Sociology of Religions.

No 18º encontro anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais — ANPOCS — realizado em Caxambu (novembro de 1994), foi apresentado um trabalho, pelos sociólogos Reginaldo Prandi e Antonio Flávio Pierucci, intitulado: “Religião e voto no Brasil: as eleições presidenciais de 1994”. Nesse estudo (em que foram feitas 21.000 entrevistas), o objetivo central foi identificar a relação entre filiação religiosa e a escolha eleitoral.

Os evangélicos, segundo essa pesquisa, representam 13,3% (13 milhões das pessoas habilitadas para votar) do Colégio Eleitoral brasileiro, distribuído da seguinte forma: as igrejas históricas totalizando 3,4% e as pentecostais 9,9%²². Outros dados relevantes mostram que o ex-governador Orestes Quércia teve seu melhor desempenho entre os evangélicos, e que a maior taxa de rejeição a Lula foi encontrada entre os pentecostais (45% das mulheres pentecostais rejeitam Lula) e o maior índice de indecisão foi encontrado nesse grupo. Rejeição, boatos e justificativas teológicas estiveram presentes na relação entre os evangélicos e a esquerda nessas eleições. Contudo, foi possível visualizar o início de um processo no qual a comunidade evangélica já não é mais vista como um bloco monolítico, politicamente conservador, distanciado das realidades sociais do País (MENDONÇA, 1990). No seio de suas comunidades estão surgindo grupos identificados com um anseio por reformas estruturais, que se definem ideologicamente como de esquerda, seguindo, basicamente, a classificação feita por Sader

No Brasil, a esquerda significa a contraposição ao neoliberalismo... Significa a afirmação dos direitos de cidadania para todos, significa a priorização das políticas sociais sobre as lógicas econômicas privatizantes, significa o desenvolvimento do mercado interno de massas para distribuir renda e capacidade de consumo para as grandes massas marginalizadas, significa a transformação da democracia

22 A pesquisa trabalhou com as seguintes categorias: a) PROTESTANTISMO HISTÓRICO, para classificar as igrejas reformadas de origem europeia e norte-americana vindas para o Brasil no século passado (Metodista, Episcopal, Batista, Luterana, Presbiteriana), às quais atribui um baixo grau de proselitismo. b) PENTECOSTAIS, para classificar as igrejas de origem estrangeira e as nascidas no Brasil sob a influência do reavivamento protestante norte-americano, caracterizadas por forte proselitismo (Congregação Cristã, Assembléias de Deus, Evangelho Quadrangular, O Brasil para Cristo, Casa da Bênção, Nova Vida, Deus é Amor, Universal do Reino de Deus, Internacional da Graça Divina e Renascer em Cristo).

política numa democracia com conteúdo social, de igualdade, de liberdade e de fraternidade... Ser esquerda no mundo, hoje, significa participar da reinvenção concreta de uma nova sociedade, baseada na justiça social e na solidariedade, na realização prática dos direitos de cidadania sem qualquer tipo de exclusão (SADER, 1995, p. 194-195).

Esse grupo entende que não é suficiente mudar o perfil político da Igreja, mas que deve dar uma contribuição mais efetiva ao País, buscando novas bases sociais, abertas ao diálogo. Dessa forma, os evangélicos vêm se organizando dentro de partidos como PPS MEPS — Movimento Evangélico Popular Socialista), setorial evangélica no PT, em grupos suprapartidários como MEP (Movimento Evangélico Progressista), em comitês de campanha (comitês evangélicos pró-Lula e pró-Brizola) e, também, concorrendo a mandatos eletivos por partidos tradicionalmente classificados como de esquerda (FREESTON, 1993).

A maior organização e visibilidade dessa esquerda evangélica são explicadas como resultado de uma reação ao comportamento dos deputados e parte da liderança evangélica no período da Constituinte e durante o impeachment de Collor²³. O surgimento da AEBV (Associação Evangélica Brasileira) foi mais um fator que permitiu visualizar a pluralidade do voto evangélico. Organizando um encontro com os candidatos a presidente e distribuindo uma cartilha (Decálogo Evangélico do Voto Ético), em que acusava a manipulação do voto, repudiava alianças entre líderes eclesiais com determinados candidatos, alertava contra os boatos de perseguição religiosa e aconselhava o voto no irmão somente se ele estivesse qualificado para exercer a função desejada.

Se, por um lado, houve um esforço de organização por parte dos evangélicos, também existiu maior intencionalidade por parte dos candidatos preocupados com o segmento. Lula afirmou na imprensa (Folha de S. Paulo, 12/06/94) não querer repetir o erro

23 Em pesquisa realizada no 10 Encontro Nacional do Movimento Evangélico progressista, realizado em maio de 1995 (BH-MG), 45% das respostas (a um questionário sobre o perfil político do MEP), indicaram uma postura política progressista a partir da idade adulta, e 55% revelaram ter assumido essa postura, em média, há sete anos e meio. Os meios que mais influenciaram essa postura foram autores e organizações vinculadas ao Pacto de Lausanne (uma espécie de Vaticano II dos evangélicos), em que foi articulada uma tendência teológica chamada Missão Integral ou Holística. 42% dos entrevistados eram filiados a um sindicato (destes, 96% filiados à CUT), 41% são filiados a um partido (destes, 35% estão filiados ao PT), do grupo não filiado a partido, 78% são simpatizantes do PT.

de 1989, quando perdeu a maioria dos votos evangélicos para Collor.

Para melhor compreensão dessa relação entre evangélicos e esquerda, nas eleições de 1994, vamos apresentar dados obtidos por meio de pesquisas em São Paulo, tendo como foco os candidatos evangélicos a deputado estadual por partidos de esquerda, o comitê evangélico pró-Lula e o eleitor evangélico e sua orientação de voto.

Candidaturas evangélicas: Diário de Campanha

Em São Paulo, três evangélicos em partidos de esquerda concorreram a uma vaga na Assembleia Legislativa; Luís Cavalcante (PPS), Josias dos Reis Coelho (PT) e Manezão (PPS). Luís Cavalcante, 27 anos (foi o candidato mais jovem de São Paulo), obteve 700 votos (precisava de, no mínimo, 16.200). E oriundo da igreja Assembleia de Deus (atualmente congrega na Comunidade Evangélica de Osasco), estudou Teologia e Economia. Faz parte do diretório nacional do PPS.

Sua militância política começou na adolescência: dos 13 aos 20 anos esteve militando no PT. Por razões de discordância programática, falta de espaço (devido ao forte vínculo entre PT e católicos) e uma identificação com as ideias do senador Roberto Freire, transferiu-se para o PPS, onde foi ocupando espaços, chegando a fazer parte da Executiva Nacional e a ter seu nome indicado para concorrer a uma vaga na Assembleia Legislativa.

Ele atribui sua indicação à maior sensibilidade do PPS ao mundo evangélico (pela importância do voto), ao desejo do partido de melhorar sua imagem dentro desse segmento e a uma revisão teórica do partido, que passou a adotar o marxismo como um referencial, abolindo o status de dogma, abrindo a possibilidade de considerar outras correntes de pensamento.²⁴

24 Essa abertura proporcionou o surgimento do Movimento Evangélico Popular Socialista (MEPS), que já conta com grupos organizados em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Pará. Esse grupo tem como objetivo ser o braço do partido no segmento evangélico, e, para implementar esse projeto, já iniciou uma campanha de filiação nacional de evangélicos ao PPS, esperando lançar 300 candidatos desse segmento nas eleições municipais de 1996.

Em sua experiência de campanha, classificou como péssima a recepção por parte da comunidade evangélica (exceção para uma igreja Presbiteriana em Campinas e um debate entre evangélicos ocorrido na Bienal do Livro). Passou por experiências que foram desde o impedimento de apresentar suas propostas até a violência física.

O fato ocorreu em Osasco, num culto de senhoras da igreja do Evangelho Quadrangular realizado nas dependências de uma faculdade; o pregador era o também candidato Pr. Daniel Marins. Enquanto o candidato-pregador desempenhava suas funções no púlpito, seus cabos eleitorais distribuíam “santinhos”. Ao perceberem a atividade do candidato comunista (apesar de ter afirmado ser também evangélico) tomaram-lhe o material de campanha e o puseram contra a parede, com ameaças.

Em sua avaliação, essa recepção negativa se deu por causa da vinculação entre sua candidatura e a de Lula; dos boatos plantados na comunidade evangélica, do preconceito originado pelo completo desconhecimento entre as partes envolvidas (Igreja — partidos de esquerda) e por ter encontrado um acordo eleitoral fechado, dos candidatos pentecostais (Carlos Apolinário, Daniel Marins) com os pastores e líderes eclesiais de sua região.

Sua campanha foi financiada pelo partido, e se constituiu de 800.000 folhetos e algum espaço na mídia secular. Dessa experiência retirou a lição de que eleição não se ganha em campanha, mas que é necessário fechar acordos prévios e ampliar as bases de financiamento. Tudo isto tentando evitar a versão evangélica do corporativismo, que o procurou para conseguir laje para casa e terreno para igreja, entre outras coisas.

Josias dos Reis Coelho, 47 anos, pastor da Igreja Presbiteriana do Brasil, obteve 2.260 votos (precisava de 16.000, no mínimo).

Esse candidato não tinha um histórico anterior de militância política. Sua candidatura surgiu de um convite do vereador Arselino Tato, do Partido dos Trabalhadores (que frequentou sua igreja por um período). A partir desse convite, não foi difícil conseguir legenda, e, apesar de seguir todo processo normal, desde a filiação, sua candidatura experimentou rejeição e crítica velada de alguns segmentos dentro do partido, por não ter história de militância.

Apesar dessa situação de relativo desconforto interno no PT, ele recebeu um forte apoio de lideranças nacionais, como José Dirceu, Erundina, Lula; viajando com eles pelo interior

do estado, participando dos palanques, servindo de interlocutor entre os evangélicos e o partido. Desse entrosamento surgiu um núcleo de evangélicos do PT em São Paulo.

A comunidade que pastoreava e a liderança de sua denominação também foram fontes de apoio à sua candidatura²⁵, o que não aconteceu em outras comunidades evangélicas (inclusive as de sua denominação, que não seguiram a liderança na decisão de apoiar o candidato). Ali, ouviu comentários como, por exemplo, de que os fiéis se alarmavam pelo fato de um evangélico (ainda pior por ser pastor) estar num partido de comunistas apresentando a resposta ambígua: “Eu vos envio como ovelha no meio de lobos”, não especificando em que lugar os lobos estavam.

Num encontro do Conselho de Pastores de São Paulo, essa resistência evangélica, em abrir-se para candidaturas populares, foi evidenciada por meio das vaias que recebeu ao apresentar-se como candidato do PT. Essa mesma atitude negou-lhe espaços na mídia evangélica, só conseguindo participar em dois painéis em igrejas, durante toda campanha. Talvez por essa razão seus votos oriundos da comunidade evangélica foram muito poucos em relação ao total que recebeu.

No período de campanha enfrentou a versão evangélica de clientelismo, por meio de um telefonema que ofereceu 800 votos em troca de ônibus para uma cerimônia de batismo. Essa experiência de campanha junto às igrejas aprofundou sua convicção de trabalhar contra a alienação, que cria um grupo de satisfeitos por estarem isolados do mundo real.

Maneão foi o nome de registro eleitoral do terceiro candidato evangélico, Manoel Ribeiro²⁶. Engenheiro e bacharel em Teologia, surgiu no partido de forma meio meteórica, pois não tinha história de militância no PPS (tinha militado anteriormente no PC do B). Apresentou-se ao partido como evangélico²⁷ dizendo representar um universo de 300 mil votos que, durante a campanha, se reduziu para 150 mil, afirmando, por fim, que seria eleito com 50 mil votos; o que não aconteceu, pois alcançou 767 votos.

25 Hoje ele está trabalhando junto à Secretaria Executiva do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil.

26 As informações sobre esse candidato foram obtidas por meio de membro de um membro da Executiva Nacional do PPS.

27 Apesar de haver dúvidas quanto a seu vínculo denominacional, no partido é conhecido como membro da Igreja Batista de Vila Mariana.

Sua campanha teve sinais de vitalidade, pois afirmava possuir uma grande base de apoio entre líderes batistas e, sem contar com apoio econômico do partido, montou uma estrutura com vários comitês, assessores e telefones. Depois das eleições o candidato ausentou-se das atividades regulares do partido. Embora continue filiado, não foi possível localizá-lo: a única informação disponível é que mudou de município.

Comitê Evangélico pró-Lula em São Paulo

Os comitês evangélicos pró-Lula, organizados em 1994, possuem antecedentes históricos nas eleições de 1989. Em Recife, foi criada a primeira comissão (que procurou o Partido dos Trabalhadores e não obteve dele a devida atenção), contando com a participação ativa de seminaristas. Foram organizados dezessete comitês de apoio e estabelecidos contatos para a formação de mais cinco. Apesar do pouco espaço que conseguiram dentro do partido, a mobilização chamou atenção de outros líderes.

O dirigente nacional do PC do B, João Amazonas, declarou na imprensa que dois fatos haviam chamado a sua atenção durante a campanha: a organização e trabalho dos comitês evangélicos pró-Lula e o resultado da pesquisa que precisou os votos da Igreja Assembleia de Deus e das Comunidades Eclesiais de Base em Lula.

Nas eleições de 1994, o Partido dos Trabalhadores, com uma atitude distinta da experiência anterior, resolveu trabalhar a campanha além das fronteiras do PT, buscando interagir com vários segmentos sociais organizados, entre eles os evangélicos. Foi feita uma convocação para uma reunião de formação do que foi, provisoriamente, denominado Comitê Inter-religiosos pró-Lula (22/03/94), em que estiveram presentes evangélicos de vários estados, diferentes denominações e membros de outras confissões religiosas.

Nesse primeiro encontro foram apresentadas as razões para formação de tal comitê e a disposição do partido em ouvir os representantes do campo religioso, como foi expresso nas palavras de Gilberto Carvalho (Secretário Geral do PT):

Esta reunião é de grande importância para darmos um passo na projeção da campanha. Aqui não queremos apenas apoiar um candidato, mas, sim, empenho para viabilizar uma campanha. Levando em conta a importância das igrejas dentro da sociedade, temos que verificar como que o campo religioso pode contribuir para a campanha. Uma forma de contribuição seria aproveitar um tempo desta reunião para que vocês coloquem as impressões que tiveram em suas igrejas, em relação aos temas aborto e casamento entre homossexuais.

Num contexto em que a campanha anti-Lula se fortalecia, procurando fazer uma distinção entre o candidato e o partido (com um discurso que preservava a imagem do candidato batalhador, mas lamentava sua militância num partido radical) e a imprensa divulgando, como definitivo, no programa de governo do PT, um conjunto de ideias polêmicas, os evangélicos e os demais representantes do campo religioso estavam sendo convidados a dar sua contribuição no debate para elaboração desse programa. Nesse esforço para viabilizar o diálogo, foram apresentadas algumas preocupações por parte do segmento evangélico:

1. O movimento evangélico, na sua maioria pentecostal, por isso popular, não dispõe de elementos de classe média ou intelectuais que reflitam sua ação. O desafio seria encontrar formas de atingir esse segmento;
2. O nome Comitê Inter-Religioso apresentava um equívoco, pois corria o risco de despertar preconceitos por parte da comunidade evangélica, uma vez que poderia sugerir uma maioria católica na instância decisória;
3. O perigo de se adotar, junto aos evangélicos, um linguajar católico progressista;
4. O cuidado para não agravar as diferenças teológicas existentes e a importância de incluir no programa de governo as garantias de liberdade religiosa.

O Comitê Inter-Religioso se transformou em Fórum dos Comitês Religiosos Pró-Lula e o universo cristão foi dividido em dois campos: católico e evangélico. Para a coordenação do campo evangélico foram indicados os nomes de Rev. Oneide Bobsin (Igreja Luterana — SP), Paul Freston (Comunidade Cristã Koinonia — SP), Rev. Robinson Cavalcanti (Igreja Anglicana — PE) e a parte operacional ficaria por conta de Ricardo Muniz (líder estudantil vinculado

à ABUB — Aliança Universitária do Brasil, e membro da Assembleia de Deus Betesda — SP). Na fase inicial de articulação do campo evangélico foram apresentadas, pelos membros desse campo, as seguintes sugestões ao programa de governo.²⁸

1. Afirmar explicitamente a questão da liberdade religiosa, do ponto de vista da sobrevivência, mas também da expansão, ou seja, que seu impulso de expansão não será freado por um governo Lula.

2. Na questão do aborto: abrir um parágrafo, em que se afirme que será obedecida a legislação vigente e posicionando-se a favor do planejamento familiar sem dirigismo estatal, divulgando-se, entre as famílias, os métodos de contracepção para sua livre escolha, deixando claro que o governo não concebe o aborto como método contraceptivo.

3. Sobre a política de comunicação: revisão das concessões a entidades, com respeito ao pluralismo político, social e religioso; reduzir o prazo de concessão para quatro anos e acesso gratuito de partidos políticos à rádio e televisão.

4. Na reformulação da política indigenista: também consultar as missões evangélicas que atuam no meio indígena.

5. Sobre educação religiosa: explicitar melhor a questão da educação não confessional.

6. A afirmação de que o programa é uma etapa na construção do socialismo. Comitês Evangélicos Pró-Lula foram criados em todo País, cada um enfrentando suas dificuldades locais, mas, de forma geral, todos enfrentaram o confrangimento de serem evangélicos e defender a candidatura de Lula junto à comunidade evangélica. Os comitês se articularam em função de gerar o maior número de informações possível: dessa forma tentariam enfrentar as sucessivas ondas de boatos e promoveriam uma campanha de caráter pedagógico, uma vez que esse “enigma”, do voto evangélico na esquerda, deveria ser explicado. Esses comitês proporcionaram o surgimento de iniciativas inéditas como: as treze propostas do governo Lula para as confissões, instituições e comunidades religiosas; carta de Lula aos evangélicos; a circulação de cartilhas populares, mala direta para pastores e líderes, desfazendo boatos e estimulando a formação de novos comitês.

28 Segundo ata de reunião do Fórum dos Comitês Religiosos Pró-Lula, em 14/04/1994.

O comitê atuou em outras frentes, como a mídia evangélica e encontros com setores organizados da sociedade. A revista *ultimo* abriu um espaço para o Movimento Evangélico Progressista, que tinha vínculos estreitos com o comitê, assinalando um novo momento (em épocas eleitorais) dentro dos meios evangélicos tradicionais de comunicação, pois as matérias assinadas pelo MEP permitiam a implementação do esforço pedagógico de alertar e esclarecer o eleitorado evangélico. No entanto, a esperada resistência se fez notar, não somente entre os evangélicos, mas também entre outros setores dentro da campanha, que ainda não tinham clareza quanto à posição desse comitê: o que resultou num encontro (26/06) entre representantes do comitê Evangélico e do comitê de gays e lésbicas.

A experiência desse comitê revelou algumas debilidades de organização entre os setores da esquerda, no campo evangélico. O comitê teve, como principal articulador, um militante petista católico, que assumiu a maior parte do trabalho: nenhum apoio financeiro dos evangélicos progressistas foi destinado para o comitê, que padeceu da falta de recursos mínimos para o trabalho e acabou perdendo o fôlego durante a campanha. Um descuido produziu uma onda de constrangimento gratuito (entre evangélicos contrários à candidatura Lula ou ao envolvimento de evangélicos em tal comitê) ao enviar, indiscriminadamente, cópias de textos destinados a católicos, umbandistas e afro-brasileiros para pastores evangélicos.

O dilema do voto na esquerda

Em linhas gerais, o comportamento do eleitor evangélico acompanhou a grande maioria dos eleitores que deram em primeiro turno a vitória a Fernando Henrique Cardoso. O resultado da pesquisa sobre “Religião e voto no Brasil” (PRANDI; PIERUCCI, 1994) apresentou altas taxas de rejeição a Lula entre os evangélicos, sendo o segmento pentecostal o fator de maior peso nessa mostragem.²⁹

Essa rejeição se inseria num contexto mais amplo, caracterizado por uma frustração com a experiência Collor, uma resistência em votar em representantes para o Legislativo, uma tendência para anular o voto ou votar em branco³⁰ e, de forma geral, pela desinformação. Isto se tomou evidente na maneira como as notícias publicadas pela imprensa serviam como leme, direcionando posições, e na falta de discussão dos projetos políticos que estavam sendo oferecidos ao País.³¹ Outro forte elemento para a rejeição a Lula foi o temor de que um governo petista acabaria com a liberdade de culto, perseguiria a Igreja Evangélica, legalizaria o aborto e oficializaria o casamento homossexual (FOLHA UNIVERSAL, 1994).

A hierarquia da Igreja Universal do Reino de Deus assumiu a vanguarda de ataque (valendo-se de sua posição privilegiada na mídia) contra a candidatura Lula (FOLHA DE SÃO PAULO, 1994a), fazendo uma sutil ligação entre Lula, a Igreja Católica e os representantes dos cultos afro-brasileiros. Afirmavam que: [...] “o projeto deles é acabar com a Igreja

29 Paul Freston, interpretando os números dessa pesquisa diz: “[...] Entre históricos e pentecostais, vemos que os primeiros votam em Lula em quase as proporções nacionais, e que dariam uma vitória de FHC sobre Lula de apenas 13,5%, bem abaixo da média nacional, de 19,2%. Os pentecostais, junto com os carismáticos, é que dão maior margem de vitória a Fernando Henrique. Num segundo turno simulado, os pentecostais se distanciam mais do que qualquer outro grupo religioso na média nacional, ao passo que os históricos a acompanham de perto.” “As Igrejas Protestantes nas eleições gerais de 1994” (FREESTON, 1995, p. 27).

30 No segmento evangélico havia grande desconforto com as opções para presidência da república: por um lado Lula, com fama de comunista e, por conseguinte, perseguidor da Igreja, e, por outro lado, Fernando Henrique, ateu confesso.

31 A Igreja Metodista do Brasil publicou uma análise de conjuntura (“As Eleições de 1994” — Carta Pastoral do Colégio Episcopal da Igreja Metodista), em que, seguindo a linha da CNBB, alertava para os modelos políticos que estavam sendo propostos para o País. Esses modelos foram apresentados como: o neoliberal, o social-democrata e o capitalismo organizado.

Evangélica, /.../ esta eleição é para eleger a Igreja do Senhor Jesus ou a Igreja do Diabo".³² A rede Record sofreu várias punições, devido aos pronunciamentos feitos em seus programas, indicando preferência por FHC (FOLHA DE SÃO PAULO, 1994b). Por fim, foi obrigada a dar direito de resposta ao Partido dos Trabalhadores, que foi apresentado pelo cientista político e pastor anglicano Robson Cavalcanti (um dos principais articuladores da campanha pró Lula no segmento evangélico).

O Decálogo do Voto Ético, publicado pela AEBV, representou uma novidade na forma pela qual se orientava o voto evangélico no Brasil. Com sua preocupação político-pedagógica, tentou desfazer um conjunto de ideias que afetaram a orientação eleitoral desse segmento, acostumado com a recomendação de evitar votar na esquerda.³³ Embora não tenha feito apologia para o voto na esquerda, pelo menos abriu e defendeu a possibilidade de voto nos partidos e candidatos que formavam esse espectro da política nacional, indo dessa forma contra a corrente majoritária que, embalada pelo pânico pentecostal e síndrome persecutória (MARIANO; PIERUCCI, 1992), via nessa possibilidade um alto risco para a Igreja Evangélica Brasileira.

O cristão... não deve negar sua maneira de ver a realidade social, mesmo que um líder da igreja tente conduzir o voto da comunidade numa outra direção... Melhor do que indicar em quem a comunidade deve votar é organizar debates multipartidários... Nenhum cristão deve se sentir obrigado a votar em um candidato pelo simples fato de ele se confessar cristão evangélico... Nenhum eleitor evangélico deve se sentir culpado por ter opinião diferente da de seu pastor (MARIANO; PIERUCCI, 1992, p. 102).

32 Sermão do Bispo Edir Macedo no aterro do Flamengo (18/06/94), numa programação denominada "Clamor pelo Brasil", transmitida ao vivo pela Rede Record de televisão.

33 Esse tipo de orientação foi um dos principais focos de tensão interna no segmento evangélico, nas eleições presidenciais de 1989. Conforme observaram Ricardo Mariano e Antonio Flávio Pierucci, avaliando essa tensão no segmento pentecostal, "...a tendência predominante foi a de recomendar aos fiéis que orassem antes de votar e evitassem os candidatos 'extremistas' (ou seja, de esquerda). Esse tipo de orientação eleitoral, na qual se mantinha a liberdade de escolha de cada um, desde que essa escolha não recaísse em determinados candidatos de esquerda, era em si mesma portadora da direção política para onde pendia esse incremento de participação eleitoral no seio das igrejas pentecostais". O envolvimento dos Pentecostais na eleição de Collor (MARIANO; PIERUCCI, 1992).

Dessa forma o Decálogo foi legitimando aqueles que tinham opiniões divergentes de seu pastor/líder, acusou os que faziam das revelações especiais de Deus cédulas eleitorais, encorajou o voto crítico naqueles que se apresentavam como evangélicos (portanto julgando-se merecedores do voto “cego” da comunidade) e desencorajou o voto vinculado a boatos sobre os candidatos, uma vez que estes candidatos deveriam ser calcados no programa de governo, na conduta moral e de seu passado político.

O Decálogo provocou uma reação interna. Alguns do setor atingido pelas críticas do Decálogo estavam conduzindo a questão eleitoral com um mosaico de frases de efeito (que refletiam parte de sua ação política), tais como: “...os evangélicos são chamados para ser cabeça e não cauda /.../ este candidato tem sido amigo dos evangélicos /.../ operário não pode ser presidente da República, / .../ devemos caminhar na direção das pesquisas eleitorais, / .../ Deus me revelou que este homem é cheio do Espírito, portanto deve assumir posição de comando /.../ Deus vai levantar uma pessoa para endireitar este País, /.../ o pastor tem o direito e dever de indicar em quem a igreja deve votar, /.../ a esquerda é atéia e vai impedir a expansão da igreja e perseguirá os cristãos”.

Outro fator importante, que poderia representar uma alteração na orientação do voto evangélico, foi a filiação, ao Partido dos Trabalhadores, de Ricardo Gondim Rodrigues, um expoente .com muito trânsito entre históricos) da nova geração de líderes do segmento pentecostal, pastor da Igreja Assembleia de Deus Betesda. Desde o ressurgimento dos pentecostais no cenário político nacional, em 1986 (FRESTON, 1994), esta foi a primeira vinculação partidária de alguém de prestígio no segmento pentecostal a um partido de esquerda.³⁴

Neto de ricos fazendeiros do interior paulista, Ricardo Gondim .com formação em Administração de Empresas) é filho de mãe jornalista e pai militar professor de História, que em 1964 foi preso, expulso da Aeronáutica, tendo seus direitos políticos cassados. Criado em família católica, teve uma experiência de conversão, na adolescência, numa Igreja Presbiteriana do Ceará. Passou por uma experiência carismática que resultou em sua

34 A trajetória política de Benedita da Silva é bem diferenciada, uma vez que ela tem um histórico de militância partidária que a conduziu a cargos eletivos, alcançando assim notoriedade fora do segmento evangélico (Freston, 1994). Essa notoriedade alcançada no mundo da política partidária foi se transferindo para dentro do segmento evangélico, sendo vista com reservas pela cúpula da Assembleia de Deus.

saída da igreja Presbiteriana, indo para os Estados Unidos estudar no Instituto Bíblico Trading Center. Um destaque especial em sua formação foi o período em que trabalhou junto com Bernard Johnson, famoso evangelista pentecostal norte-americano; essas atividades como pregador fizeram-no ser ordenado como pastor pelas Assembleias de Deus em Fortaleza e o levaram de volta para mais um período nos Estados Unidos. Ao retornar para o Brasil se envolveu no ensino teológico no EETAD (Escola de Ensino Teológico das Assembleias de Deus). A morte de um amigo o fez voltar para o Ceará a fim de continuar o ministério iniciado por este, na então chamada Missão Betesda. Esta missão se tomou uma igreja que hoje possui 41 templos (Fortaleza, Salvador e São Paulo), com atividade missionária na Índia, com planos de expansão para Moçambique.

Autor de cinco livros, preletor muito requisitado e com experiência de programas evangélico na TV, Ricardo Gondin conquistou uma posição de influência no mundo evangélico, fazendo parte de um pequeno grupo de líderes com livre trânsito entre pentecostais e históricos. (FRESTON, 1994)

Sua filiação ao Partido dos Trabalhadores aconteceu no dia 14 de dezembro de 1992 e contou com a presença do então deputado federal José Dirceu. Essa decisão provocou um misto de surpresa e espanto na comunidade evangélica. Surpresa para os que estavam tentando articular o grupo de evangélicos progressistas, que viram nessa adesão a possibilidade de ter maior visibilidade, maior penetração no segmento pentecostal; espanto para aqueles que viam nessa adesão a concretização de uma impossibilidade (e incoerência) histórica; a saber: o Evangelho e o Marxismo, a Fé e seus algozes.

Durante o período de campanha, as esperanças dos evangélicos progressistas em relação à participação de Ricardo Gondim não se concretizaram, indicando que o melhor caminho para a aproximação do segmento pentecostal passa por um esforço concentrado dos progressistas em manter uma comunicação adequada com esse segmento e por uma renovação dos quadros de liderança em igrejas como Assembleia de Deus e do Evangelho Quadrangular (FRESTON, 1994). Por fim, em 25 de junho de 1995, por meio de um manifesto intitulado “O posicionamento político do pastor”, ele comunicava sua desfiliação do PT.

Foram estes os motivos apresentados:

a. o fato de o PT ter aceitado dinheiro de empreiteiros e banqueiros, mostrando dessa maneira que "...o discurso purista e idealista do partido ruiu quando este se mostrou também vulnerável à venalidade";

b. a postura do PT em relação à aca e a influência da Igreja Católica sobre o partido, alegando que "...o posicionamento do partido quanto às questões éticas chocasse com o do Evangelho. Somente depois de fortes pressões da Igreja Católica é que o PT retrocedeu em sua postura em relação ao aborto"

c. a postura de Marta Suplicy com relação aos homossexuais refletia uma tendência do partido em "...reconhecer o homossexualismo como preferência sexual e não como uma perversão moral claramente condenada na ética judaico-cristã".

Por fim, renega o envolvimento com qualquer tipo de organização partidária e afirma sua intenção de continuar a luta pelo Reino de Deus, a defender o direito dos pobres e das viúvas, por meio do que ele classificou como a "bandeira ideológica do Evangelho e da igreja de Jesus Cristo".

Terminou como retrocesso o que parecia ser uma possibilidade de aproximação entre setores da esquerda ao segmento evangélico de maior expansão numérica e penetração nas camadas populares, que tem sido classificado como o mais interessante fenômeno social urbano dos anos 80 e o mais curioso do início dos anos 90 (GOMES, 1994), e que aponta para o surgimento de uma verdadeira sociedade civil (FOLHA de SÃO PAULO, 1995, p. 3). A experiência de Ricardo Gondim revela o dilema do progressista evangélico que limita sua militância ao espaço eclesial, a um discurso que não se expõe ao pluralismo e à conflitividade presente nas muitas tendências existentes em partidos, sindicatos e entidades profissionais. Dessa forma reforça uma postura daqueles que se professam progressistas, mas evitam uma filiação partidária, esperando um processo de amadurecimento dos partidos (CAVALCANTI, 1993). Essa pluralidade de ideias pode colocar alguns líderes evangélicos sob suspeição por parte de membros da comunidade, que creem poder julgar a fé de alguém com base em sua opção ideológica.

Considerações finais

Toledo afirma que as esquerdas redescobriram a democracia, considerando-a como um valor no processo de construção do socialismo, buscando projetos que levem a uma democracia de maioria, que priorize a liberdade e igualdade social, com um Estado sob controle popular.

A partir dos anos 70 (incluindo, pois, os dias que correm), o quadro teórico é bastante diverso. A análise crítica do "socialismo real" e a dura experiência do regime militar (a repressão, a morte, o exílio, bem como o fracasso da luta armada) contribuíram decisivamente para a esquerda brasileira "reabilitar" a questão da democracia (TOLEDO, 1994, p. 130).

Os evangélicos estão redescobrendo tanto a democracia como a esquerda. Fatores internos como a reação à bancada evangélica na Assembleia Constituinte, a mudança de perfil da nova liderança, o avanço da Teologia da Missão Integral, associados a fatores externos como a abertura política dos anos 80, a orientação política do chamado Centrão, a festa cívica das eleições presidenciais de 1989/1994, a questão ética e o impeachment de Collor, o processo de revisão das esquerdas (que aos poucos afasta o perfil de perseguidora da Igreja e se mostra mais aberta a considerar as bases sociais evangélicas), a projeção de políticos evangélicos vinculados a partidos de esquerda e o crescimento da miséria do País impulsionam essa redescoberta.

Esse processo tem criado condições para o agrupamento dessa esquerda confessante em associações suprapartidárias, comitês de campanha e, paralelamente, a uma filiação aos vários partidos desse espectro político. Isto demonstra uma superação do progressismo limitado à esfera eclesial, conduzindo ao exercício e aprendizado do diálogo, num contexto plural e conflitivo; e ao exercício da cidadania, que amplia a dimensão de solidariedade.

Contudo, as candidaturas aos cargos eletivos oriundas desse movimento fogem do perfil do evangélico bem votado. São encabeçadas por pessoas sem grande expressão nesse segmento, sem associação com a mídia e que não representam projetos corporativos

de grandes igrejas. A experiência desses candidatos mostra o quanto os evangélicos progressistas não estão familiarizados com os elementos de mediação ideológica, de análise política. Temas como hegemonia de classes, centralismo democrático, história das esquerdas, partido e poder ainda constituem códigos não decifráveis, o que indica a necessidade de maior reflexão sobre a opção ideológica que fizeram. Em alguns momentos, percebe-se uma tendência a confundir fé e ideologia, com o pressuposto de que o fato de ter uma fé preocupada com a situação de abandono dos socialmente excluídos os livra de aprofundar as questões de análise política; como se a fé prescindisse das mediações sócio analíticas e que se permite reduzir a uma ideologia.

Outro dilema para os progressistas é se terão capacidade de atrair os segmentos pentecostais, o que poderá significar uma contribuição para a democracia e uma mudança significativa do perfil político da comunidade evangélica. Como diz Comblin:

O passado mostra que os protestantes não manifestam menos capacidade de transformação social do que os católicos. Ao contrário, a comparação é desfavorável aos católicos. Ora, os protestantes dos séculos XVI-XVIII eram muito semelhantes às seitas populares de hoje (COMBLIN, 1986, p. 23).

Se o passado mostrou esta possibilidade de transformação, o presente indica a permanência desta capacidade de mudança, de forma que, este processo simultâneo de maior sensibilização social, associado a um significativo crescimento do número de fiéis, está permitindo uma transformação política da própria comunidade evangélica. Assim sendo, a postura tradicional do não envolvimento está dando lugar a uma participação ativa. Esta ação intencional traz consigo uma possibilidade de contribuição para o fortalecimento da sociedade organizada no Brasil, numa sociedade em que os evangélicos não se furtem a fazer parte daqueles que procuram construir, aqui e agora, um mundo melhor para si e para os demais.

Bibliografia

CAVALCANTI, Robinson. *A utopia possível: em busca de um cristianismo integral*. Viçosa: Ultimato, 1993.

COMBLIM, José. Consequências Políticas Provenientes das Seitas. *Vida Pastoral*, v. XXVII, n. 129, p. 21-24, 1986.

FRESTON, Paul. 1993. *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de doutoramento, Unicamp.

FRESTON, Paul. *Evangélicos na política brasileira: história ambígua e desafio ético*. Curitiba: Encontrão, 1994a.

FRESTON, Paul. *Popular protestants in Brazilian politics: a novel turn in sect-state relations*. *Social Compass*, v. 41, n. 4, dez., 1994b, p. 537-570.

FRESTON, Paul. As Igrejas Protestantes nas Eleições Gerais de 1994. *Boletim Teológico, Fraternidade Teológica Latino, Americana*, v. 9, n. 27, p. 7-42, 1995.

GOMES, Wilson. "Nem Anjos nem Demônios". In: Antoniazzi, A. et alii, *Nem Anjos nem Demônios*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 225-270.

MARIANO, R. e PIERUCCI, A. F. O Envolvimento dos Pentecostais na eleição de Collor. *Novos Estudos Cebrap*, n. 34, nov., 1992, pp. 92-106.

MENDONÇA, A. G. e VELASQUES FILHO, P. *Introdução ao Protestantismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1990.

PRANDI, R. e PIERUCCI, A. F. "*Religiões e voto no Brasil*", trabalho apresentado no Congresso de Anpocs, Caxambu-MG, nov., 1994.

SADER, Emir. *O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

TOLEDO, C. N. "As esquerdas e a redescoberta da democracia". In: Dagnino, Evelina (org.) *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. p. 127-136.